

Expropriação dos recursos naturais, vulnerabilidade e exclusão social. Na Amazonia brasileira (notas exploratorias)

▪

Benjamin Alvino de Mesquita.

Cita:

Benjamin Alvino de Mesquita (2009). *Expropriação dos recursos naturais, vulnerabilidade e exclusão social. Na Amazonia brasileira (notas exploratorias)*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/652>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eXWZ/VTG>

Expropriação dos recursos naturais, vulnerabilidade e exclusão social Na Amazonia brasileira (notas exploratorias)

Benjamin Alvino de Mesquita

*Universidade Federal do Maranhão
Programa de Pós graduação em Políticas Publicas.
bamin@elo.com.br*

ABSTRACT

O artigo analisa de forma pontual porque o modelo de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia promovido pelo governo em diferentes períodos históricos, fundamentado no grande capital e na apropriação de terras publicas não conseguiu originar um desenvolvimento socialmente justo a maioria da população ali residente. Os frutos do desenvolvimento econômico se restringiram a uma minoria articulada a globalização, a outra parte foi excluída. A razão se encontra no perfil das atividades privilegiadas (pecuária, mineração e soja) que é inconciliável com a pequena produção não-capitalista numericamente numerosa e responsável pela a ocupação de milhões de

pessoas na Amazônia Legal. Além disso essas distinções consubstanciadas em doação de fartos recursos públicos originou uma violenta expropriação dos meios de produção cuja consequência maior foi aguda *lumpenização* desta população da Amazônia.

Keywords: Modelo de ocupação;Expropriação agrária; exclusão social; Amazônia

1 INTRODUÇÃO.

Embora pareça para alguns distante e sem validade atual, a magistral análise de Marx sobre a expropriação agrária dos camponeses ingleses (exigida pela burguesia agrária e mercantil e endossada pela Coroa e Parlamento Inglês) e suas consequências, quais sejam a formação e consolidação do capitalismo no campo e o cercamento dos recursos naturais antes livre e essencial à reprodução camponesa poder-se-ia afirmar que continua válida e atual. Esse fenômeno se encaixa perfeitamente no avanço feroz capital, que se registra nas últimas décadas no Brasil, e, em particular sobre a Amazônia. Nesta região uma parcela significativa da população, sempre sobreviveu destes recursos naturais (públicos) livres, constituídos de campos comunitários, áreas inundáveis, manguezais, várzeas, cocais, lagos, matas, dentre outros, que perfazem milhões de hectares e ainda detêm papel essencial na preservação e conservação da biodiversidade dos ecossistemas respectivos.

A apropriação ilegal, contínua e sistemática de *território de sobrevivência*¹ (antes) públicos e livre tem se efetivado de forma ilegítima, desrespeitando os direitos seculares das populações aí residentes. Os atores principais deste processo são grandes empresas, estatais e privadas, nacionais e internacionais, além de grileiros e aventureiros de toda espécie.

O Estado Brasileiro que deveria realizar as mediações necessárias, entre o grande capital e a comunidade local, coibindo abuso, direcionando ações no sentido de assegurarem direitos e garantir lhes cidadania, por sua vez assume um papel semelhante ao capital. Impõe arbitrariamente, obras gigantescas de infra-estrutura, como ferrovias, oleoduto hidrovias, estradas, hidroelétricas e linhas de transmissões de energia, cujos impactos sociais e ambientais são potencializados nas

¹ Aqui entendido, como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais que ali habitam, seja, eles utilizados de forma permanente ou temporária, como dispõe o Art.231 da constituição e o Art. 68 do ato das disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

populações circunvizinhas formadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, e também, por pequenos agricultores familiares.

Em anos recentes, sob a égide neoliberal, esse quadro tem se agravado ainda mais por conta da expansão exponencial do agro negócio da soja, eucalipto, dendê e da pecuária. Esse crescimento ao escamotear a legislação, se apoiar no financiamento público (BNDES e BB) e na demanda externa dos países emergentes (China) precarizou ainda mais as condições de vida dos povos e comunidades tradicionais², pois, avançou sobre a produção de alimentos e privatizou o acesso aos recursos naturais, antes disponíveis a essa população. A consequência é o aumento da vulnerabilidade e o crescimento da exclusão social registrados nas estatísticas governamentais, apesar das fabulosas taxas de crescimento do agronegócio.

A prioridade dada há décadas a grandes empreendimentos na Amazônia em detrimento de pequenos, tem como produto a privatização dos recursos naturais, o monopólio crescente da terra, o comprometimento do meio ambiente e, no plano socioeconômico, o aumento das desigualdades e da concentração da terra e renda. Em qualquer parte do país isso se mostra muito visível, mas, é na Amazônia, onde esse fenômeno derivado da questão agrário é mais intenso e perturbador há décadas, tendo como vítima, sobretudo, mulheres, crianças, indígenas e pequenos produtores.

2 PONTUANDO O PROCESSO “RECENTE” DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Na Amazônia brasileira o acesso aos recursos naturais sempre se constituiu na forma espontânea que a população nativa dispunha a produzir a sua subsistência, de forma autônoma e/ou subordinada. No entanto, à medida que o interesse comercial se sobrepõe ao coletivo esse direito secular é ameaçado. A princípio o controle era frouxo e se restringia à área de produção, delimitado pela dispersão da força de trabalho, a dimensão do mercado atendido e objetivos outros que, inclusive, extrapolavam o econômico e se estendiam até ao “espiritual”. Este é o caso dos jesuítas no período colonial no aldeamento e arregimentação de indígenas e caboclos a coleta das drogas, peles, animais e especiarias da floresta, mercadorias valoradas no mercado europeu de então.

² Isto é, por Povos e Comunidades Tradicionais aqui definido como “grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”, ver decreto nº. 6040 de 7 de dezembro de 2007.

Mas é no ultimo quartel do séc.XIX com o ciclo da borracha que se efetiva na Amazônia a mais importante alienação e apropriação de área publicas com aval do Estado, transformando a Amazônia durante 60 anos num dos principais núcleos de acumulação capitalista do país. Para a expansão da produção da borracha, o Governo Imperial e das Províncias, vão mobilizar uma numerosa e indispensável força de trabalho, em especial no Nordeste, centenas de milhares de trabalhadores migram para á Amazônia. A inserção destes trabalhadores via endividamento contínuo (sistema aviamento), a priori o exclui do acesso ao principal e vital meio de produção, a terra, e, portanto de qualquer melhoria de vida no futuro. Sistema esse que viabilizou a acumulação nesta economia, e condenou a população, a exclusão. Enquanto perdurou essa euforia da economia, que entra em crise no inicio do séc.x. (1912), a Amazônia foi à região brasileira que mais cresceu. Ela alcança 6,2% ao ano. (FURTADO, 1997). Mas, contraditoriamente, muito pouco deste excedente foi internalizado localmente. A parcela significativo foi apropriada externamente por facções diversas do capital (CANO, 1983). Quase meio século de crescimento econômico pouco alterou o perfil de desenvolvimento social daquela população residente e/ou articulada a produção. A crise internacional que mergulhou a borracha pós 1912 deixou-a ainda mais depauperada, pois o produto comercial (borracha), sem valor não deixou alternativa. Uns voltaram aos locais de origem, outros, se embrenharam ainda mais na mata à procura de como sobreviver.

Em época recente, embora, o formato de ocupação mude um pouco, os atores e as conseqüências (para essa parcela da população) são muito parecidos. A crise da borracha enfraquece o capital mercantil e a atuação governamental pós-guerra fortalece as outras frações. Nos anos quarenta com o interesse Norte-Americano na reativação da economia da borracha, em função da sua entrada na segunda grande guerra, podemos dizer que se estabelece um “segundo ciclo econômico”, visando a intensificar a ocupação e a integração econômica da Amazônia ao resto do país. A idéia é intervir na Amazônia, via planejamento econômico, aproveitando a experiência Norte Americana do *New Deal* e assim reativar a borracha e outras atividades, fazendo a economia voltar crescer.

Apesar desta tentativa, a economia regional pouco mudou, mas possibilitou a criação de instituições estatais voltada ao planejamento (SPEVEA e BDR) que depois (1966) se transformaram respectivamente em SUDAM e BASA, e permitiram uma intervenção³, mais efetiva na região. A partir daí um conjunto de medidas são planejadas e direcionadas à área com o intuito

³ A presença do Estado Brasileiro no processo de desenvolvimento foi uma constata em nossa historia econômica, e possibilitou que o país avançasse consideravelmente no seu desenvolvimento econômico. Para as regiões atrasadas e desarticuladas (Norte e Nordeste) com as áreas dinâmicas, a ação governamental serviu aos interesses do grande capital sediado no eixo centro-sul.

de alterar o *status quo* vigente. Antes mesmo do golpe militar (1964), grandes obras de infraestrutura são efetivadas pelo Estado, como forma de facilitar a ocupação “produtiva” e a migração de capitais do eixo dinâmico da economia. Mas foi sob a égide autoritária e do planejamento centralizado que esse *segundo ciclo de ocupação* da Amazônia se efetiva com rapidez e com custos incalculáveis e irreparáveis a todos aqueles que não participaram deste rateio. Este padrão baseado na intervenção governamental se esgota em 80, a partir daí o Estado em crise se afasta e o mercado “assume” a tarefa de promover o desenvolvimento da região. Os instrumentos fiscais disponibilizados possibilitaram uma migração de capitais de outros setores e áreas geográficas a Amazônia. No pós-64 a ocupação se fez com base na pecuária empresarial e hiperprojeto⁴. Posteriormente (pós 90) ela prossegue com o agronegócio da soja, dendê, eucalipto, carvão vegetal e a pecuária empresarial. Se antes (borracha) havia alguma “preocupação” com a ocupação intensiva de mão de obra, pós-64, o foco muda, a prioridade é empreendimentos intensivos de capital. Tal opção faz toda diferença em termos de apropriação dos resultados entre capital e trabalho.

2.1 AS DINAMICAS DIFERENTES DO AGRONEGOCIO E DA PRODUÇÃO FAMILIAR.

A década de 90 representa o marco de entrada da soja na Amazônia, com os estados de Rondônia, Tocantins e Maranhão. Na pecuária o processo de pecuarização intenso dos anos 70 da Amazônia Oriental (Pará e Maranhão) volta-se para a Amazônia ocidental (Rondônia e Acre). Os dois principais produtos do agronegócio (soja e pecuária), entre 1990/2005, cresceram substancialmente, respectivamente 10,5% e 7,2% ao ano, tendência não acompanhada pelo arroz e pela mandioca que ficam na casa dos 2,2 % e - 1,4% .O principal produto da AF, o arroz, o período cresceu em 15 anos, apenas 21%, enquanto a soja e pecuária, em 100% e 81% respectivamente. A instabilidade (arroz) está ligada à abertura comercial que permitiu a entrada do arroz asiático e do MERCOSUL; inacessibilidade à tecnologia e financiamento público daquele segmento da AF (não-proprietários e pequenos proprietários) responsável pela produção. Além desses fatores, o agronegócio tem empurrado esses pequenos produtores para áreas mais distantes.

Uma questão importante a destacar é o perfil de estabelecimento que estão por trás da produção destes produtos. Na Amazônia a soja é produzida, sobretudo por grandes

⁴ A exemplo, das obras de infra-estrutura e mineração, além da instalação da Zona franca de Manaus.

estabelecimentos (+ de cinco mil /ha), a media para Amazônia é de 28%⁵. Tendência é parecida ocorre com a pecuária e a produção de carvão vegetal. Entretanto para produtos da agricultura familiar (mandioca e arroz), este perfil é bem diferente. Para a mandioca, por exemplo, 76% da produção provem de estabelecimentos com menos de 50 há ⁶. Para o arroz o quadro da produção por estabelecimento é um pouco diferente da mandioca e da soja. Embora, prevaleça o pequeno estabelecimento na produção, na proporção de 1/3, a presença de médios e grandes estabelecimentos é relevante. Os grandes chegam a responder por 19% da oferta ⁷.

Nota-se que cada atividade, domina um território e apresenta um grau de concentração que varia espacial e temporalmente. No inicio de 90, a soja se restringia praticamente ao Mato Grosso, com inserção esporádica de outros estados da região. Posteriormente, este quadro, se altera consideravelmente, apesar do Mato Grosso ainda continuar como centro hegemônico da produção. Em 1990, cerca de 97% da soja estava no Mato Grosso, em 2005, diminui um pouco, outros estados ganham relevância, como Rondônia, Tocantins Para e Maranhão. Especialmente, percebe-se que a dinâmica da atividade agrícola no seu sentido mais amplo, se localiza em poucas microrregiões da Amazônia.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL.

Esforço governamental de carrear décadas a fio uma montanha de recursos para integrar Amazônia aos mercados nacionais e internacionais, desenvolve-la, proporcionar uma qualidade de vida melhor aos seus cidadãos, obteve um “êxito” parcial (no econômico). Mas, para a questão social e ambiental foi catastrófica. A riqueza gerada (PIB) em quase meio século é modesta, não passa de 5% do PIB nacional, apesar das taxas de crescimento serem sempre superiores ao do Brasil e de outras regiões do país. Sob a égide neoliberal, o PIB regional cresceu apenas 0,35% (saltou de 4,94% para 5,29). Em termos de renda per capita seu desempenho é um dos mais precários do país (0,42%) (MESQUITA, 2009). Apesar do intenso crescimento das *commodities* (grãos, carnes e minerais), isso não foi suficiente para evitar o declínio do setor, e nem alterar, a importância relativa da indústria região. Entre 1985/2004, a agropecuária perdeu sete pontos percentuais, (17% /10%), o setor industrial permanece estacionário (31%), e o serviço (59%).

⁵ Dados de 1996, a media é puxada para baixo em função dos experimentos no Pará e Tocantins. Mas, em estados com produção antiga, o Maranhão e Rondônia, ela é bem superior, respectivamente 48% e 51%.

⁶ Ela ainda maior no Amazonas e no Maranhão, respectivamente 85% e 89%. Mas um aspecto já chama atenção, é que 10% da produção (mandioca) do Tocantins têm origem em estabelecimento com mais de 1000 ha.!

⁷ No arroz existe três blocos de produtores. De um lado, o Maranhão e o Amazonas com um alto percentual de pequenos estabelecimentos, respectivamente 72% e 62%; No outro extremo, Mato Grosso e Roraima, com megas produtores (com +de 5 mil /há), respondem por 30% da produção, e, na faixa intermediária os demais estados.

Um ponto que chama atenção na Amazônia é o grau de concentração da produção (industrial/agrícola) e de serviços em apenas dois estados, Amazonas e Pará. Com a demografia ocorre fato análogo, é polarizado por Manaus e Belém⁸. Os parâmetros sociais e ambientais não são favoráveis à região. O IDH é de 0,733 e a incidência de pobreza na Amazônia é de 19% contra 12,9% do BR e 24 % do NE. A distribuição da terra é altamente concentrada (GINI 0,82) e a taxa de desmatamento tem batido recordes sucessivos.

Em outras palavras a Amazônia padece de problemas semelhantes às de outras áreas retardatárias (Nordeste), ou seja, há distorções profundas, entre e intra-região em termos de distribuição de riqueza, emprego, IDH, dentre outros. Quer dizer, a estratégia empresarial e governamental em direção a Amazônia balizada na (o) pecuária extensiva, agronegócio, extração mineral, e em obras governamentais, estruturalmente, pouco agregou à economia regional. (MESQUITA, 2008). Ela excluiu dezenas de milhares pequenos produtores sem deixá-los uma alternativa de sobrevivência. A consequência dessas políticas excludentes é a persistência de alta taxa de pobreza e miséria; da desigualdade socioeconômica; A crise sócio-ambiental em andamento na Amazônia, e em outras áreas foi embalada por inúmeros fatores, mas, dois deles sobressaem, de um lado, a desregulamentação sem paralelo dos anos 90, e, de outro lado, pela ausência de políticas públicas compensatórias que corrijam o hiato histórico advindos do passado.

4 AS BARREIRAS INTRANSPONÍVEIS: ACESSO A TERRA, TECNOLOGIA E FINANCIAMENTO PÚBLICO.

Inúmeras variáveis podem ser indicadas como responsáveis pela apropriação dos recursos naturais, exclusão social e por esse perfil vulnerável, característica basilar, de uma parcela considerável da população local, seja rural/urbana. Três fatores poder-se-iam arrolar como bloqueadores à ascensão social: *o acesso a terra, a tecnologia e o financiamento público*. Quando se analisa os indicadores da Amazônia, constata-se que ação governamental contribuiu muito pouco para alterar esse perfil. Ao contrário, a opção de desenvolvimento assentado deliberadamente no grande capital, e, em enclaves, excluiu parte importante desta sociedade. Como a questão da terra, da produção e difusão de pesquisa e financiamento público estão emperrados, a resultante desta intervenção não poderia ser diferente. Ora, sem o funcionamento deste tripé é impossível avançar na melhoria do padrão de vida destes “cidadãos”.

⁸ Os dois Estados sobressaem, Pará e Amazonas respondem por mais de 2/3 de quase tudo, da demografia ao sócio-econômico e ambiental Detêm juntos 73 % da área (41% e 32%, respectivamente), 70 % da população (22% e 48%) e 75% do PIB (37% e 38 %) da Amazônia brasileira. Cf. em. Mesquita (2009).

Na Amazônia há um número significativo de pessoas que ainda dependem da agricultura, quase três milhões⁹, distribuídos em 882 mil estabelecimentos, e, em 131 milhões de hectares. De um lado, uma minoria numericamente representativa (minifúndios) e do outro, os latifúndios pouco numerosos mais importantes pela área apropriada. Em três décadas (1970/2006), os estabelecimentos cresceram apenas (0,6 % a a.), contra 2,6 % ao ano da área. O índice de Gini que mede a concentração da terra continua alto (0,85). Apesar de uma admirável incorporação de área, 80 milhões de hectares, quem se apropria são os estabelecimentos acima de 1000 ha, eles cresceram 9% ao ano, enquanto os pequenos (-50 há) estão diminuindo em número (-2,5%) e estabilizado em área.

Por outro lado, cerca de 47 % da área (ou 61 milhões) voltam-se a pecuária, enquanto para a lavoura não ultrapassam a 14% . A produção de alimentos cresceu pouco (em média 2%) e no quesito produtividade ainda menos. A razão se encontra no acesso a tecnologia que esse produtor familiar não tem. Reconhecidamente a Embrapa fez um trabalho extraordinário para a lavoura industrial e de exportação, mas para os alimentos ainda tem longo período a percorrer. A tecnologia dominante neste segmento não se diferencia daquela do período colonial. **Os instrumentos tecnológicos mais utilizados são o machado, enxada e palito de fósforo que responde pelo adubo (cinzas).**

O financiamento público ou privado, crédito formal ou informal, exerce um papel dos mais importantes, porque, cria demanda para os segmentos envolvidos, e, é também um elemento estruturador da oferta (capacidade produtiva). Ele não é importante, apenas, para a produção capitalista, ele também é essencial ao pequeno produtor, pois, ele assume funções fundamentais no dia a dia deste produtor. A importância cresce na medida em que se modernizam as relações de produção em seu entorno. Em tese, o financiamento poderia se constituir no principal fator indutor de mudança, via incorporação de tecnologia na atividade, e, portanto de ganho de produtividade necessário ao processo de acumulação (mas, na Amazônia, não foi). A questão é que sem terra, ou, com pouca terra, sem acesso a tecnologia e assistência técnica, essa população tem (teve) imensa dificuldade em acessar o financiamento público, seja qual for à finalidade.

Apesar desta indiscutível relevância, historicamente, o financiamento atingiu um número insignificante de produtores. Isto acontece pela precarização do acesso a terra, mas também, pela escassez e pelo caráter perverso de sua distribuição ¹⁰. E, por que o crédito rural é (ou foi) escasso e

⁹ Dados do censo agropecuário (1996) mostra que 79% são de membros não remunerados da família, isto é, trabalho com vínculo de família.

¹⁰ Dados do censo agropecuário (1996), um exemplo do Maranhão, analisado por Mesquita (2006), mostra que a apropriação do crédito foi feita pelos médios e grandes produtores (85%), e quase nada sobra para a maioria dos

excludente? A razão é simples, a agricultura familiar demorou entrar na agenda política, só aparece nos anos 90, com o FNE e o Pronaf¹¹, antes, só sobrava migalhas (AF), além disso as agências bancárias se responsabiliza em criar mecanismos outros de exclusão.

Ora, neste cenário de dificuldade, escassez e de exclusão ao crédito formal (estatal), *a saída dos pequenos é acessar o crédito informal, fácil e caro, mas disponível*. Pesquisas recentes mostram que essa opção é muito importante e usada com mais frequência do que se imagina. Essa prática se estende às diferentes necessidades, custeio, oportunidade de investimento, ou, uma precisão urgente: seca, enchente ou doença na família (IAI, 2001; PORRO, 2004; MESQUITA, 2006; IMPERATRIZ, 2004). Em resumo, mesmo com todo o subsídio, aparato fiscal e “facilidades”, o financiamento estatal não conseguiu expandir o acesso (suficientemente) para romper atraso tecnológico, nem os grilhões do acesso a terra e *nem afastar a influência do crédito informal que é muito caro, mas, no entanto, de fácil acesso e disponível*.

5 A REAÇÃO E ESTRATÉGIAS DOS EXCLUÍDOS.

A mídia só dá destaque ao desmatamento, as outras questões, grilagem, invasões, apropriação indébita de terras públicas, pistolagem passam despercebidas. Os conflitos sociais, econômicos e ambientais, aqui, tem a dimensão da Amazônia. Milhões vivem e sobrevivem num estado contínuo de incerteza, vulnerabilidade e de pobreza, porque o Estado a muito delegou sua função constitucional a terceiros. É o salve-se quem puder.

Mas, estudos recentes (PNCSA)¹² revelam que as comunidades locais, mesmo sob pressão contínua não estão passivas, ao contrário, estão se movimentando e se articulando em redes, e, através de suas representações montam estratégia de resistência contra a violência que acompanha sua desterritorialização. Apesar da pouca ou nenhuma visibilidade, esses atores sociais têm resistido. Nesta rede há um número incontável de organizações que agem silenciosamente, alguns já muito conhecidos, os seringueiros (AC), as quebradeiras de coco babaçu (MA), os atingidos por Barragem e Base Espacial (PA e MA), os povos indígenas na Amazônia, dentre

pequenos (15%). Isso fez do CR, um dos agentes responsáveis pela desigualdade no meio rural. Apesar da característica elitista, excludente e arbitrária da política agrícola, esta política representou o principal fator de transformação para quaisquer das atividades nela inserida.

¹¹ O Pronaf - programa nacional de crédito a agricultura familiar é criado em 1996.

¹² O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. é coordenado pelo Professor visitante Alfredo Wagner da Universidade Estadual do Estado do Amazonas. Nos últimos três anos o projeto mapeou dezenas de casos de conflitos decorrentes da invasão arbitrária dos territórios ocupados secularmente por populações tradicionais. O produto destes embates foram transformados em livros, mapas e cartilhas que estão possibilitam seu reconhecimento e de certa forma freando a expropriação destas áreas. Ver site www.novacartografia.org.br.

outros. Em todos, a resistência, o embate e o confronto é a norma de enfrentamento ao modelo excludente e perversos que privatiza os recursos públicos e, mas socializa a exclusão, dos quatro estados que apresentam mais de 60% das residências de insegurança alimentar, três estão na Amazônia (SILVA, 2009).

Embora, o processo de expropriação fundiária não seja fato recente, sem dúvida, no pós 90 com a hegemonia das forças de mercado ela se aprofunda e generaliza não deixando de fora nem os grupos mais tradicionais, como, ribeirinhos, indígenas, e extrativistas, implicando num contínuo processo de territorialização e desterritorialização na Amazônia. Esses processos atingem em grande parte as distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais que emergiram na Amazônia nas duas últimas décadas, e geram situações de conflitos considerados relevantes por agentes sociais que se autodenominam quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores artesanais, piaçabeiros, artesãos, seringueiros, castanheiros que estão em processo de auto-afirmação.

Por outro lado, estes processos de territorialização e desterritorialização vêm justamente evidenciar os avanços e retrocessos em matéria de preservação do meio ambiente. As práticas dos povos e comunidades tradicionais encontram-se completamente referidas aos diversos tipos de usos dos recursos naturais nos locais onde vivem. Este tipo de prática tradicionalmente desenvolvida faz parte da reprodução física e natural dos diferentes povos e comunidades. Existe uma relação dialética entre os seus modos de vida e o seu meio, no qual, práticas como: caça e pesca de subsistência, extrativismo, medicina natural, utilização de fontes de água naturais para consumo, transporte e lazer, e outras, tanto precisam da natureza preservada, do direito ao seu uso e acesso, quanto contribuem para a sua conservação. Existe, pois, uma interdependência, uma preservação conjunta entre povos e/ou comunidades tradicionais e o os recursos florestais e hídricos. Os processos de desterritorialização, por um lado, levam à destruição de áreas antes preservadas tradicionalmente por esses povos e/ou comunidades, enquanto que, por outro lado, a tempo que alegam buscar a preservação da natureza por meio da expulsão dos agentes responsáveis por essa mesma preservação¹³.

6 CONCLUSÃO.

Sem dúvida, a Amazônia de hoje é diferente daquela do passado, pelo menos na aparência, as forças produtivas avançam inexoravelmente em todos os sentidos concentrando e

¹³ Detalhes maiores pode ser visto na comunicação coordenada Mapeamento Sociais e a Nova Cartografia Social da Amazônia- na AGB de julho 2008, USP.

centralizando a produção, beneficiando uma minoria integrada a essa dinâmica globalizante e desqualificando em todos os sentidos a outra parte. A resultante é uma Amazônia mais desigual, mais pobre e vulnerável, onde o processo de exclusão social avança velozmente apesar dos embates e confrontos, que emergem diuturnamente contra esse estado de coisa. Embora, esse modelo de ocupação e de integração assentado na grande empresa reconhecidamente seja um fracasso, pois conduz a esse quadro nefasto e explica esse perfil socioeconômico e ambiental vigente, o Estado Brasileiro continua insistindo na mesma tecla. Se, no passado a ênfase governamental voltava-se para os seringalistas e o capital mercantil, hoje é a vez das mineradoras e do agronegócio ligados ao capital financeiro que devastam geometricamente, excluem, desconhecem e desestabilizam povos e comunidades tradicionais secularmente estabelecidos, nestes territórios. O preço deste desconhecimento, desvalorização e desrespeito a diversidade socioambiental e cultural desta população nativa que é quem efetivamente conhece a Amazônia, tem sido muito alto. Não só para esse grupo que lutam bravamente contra sua invisibilidade e vulnerabilidade social e econômica, mas também para a dita sociedade globalizada em função das conseqüências ambientais daí decorrentes. Sem a participação efetiva deste segmento social não há saída e este quadro de pobreza, desigualdade social e conflitos sociais, econômicos e ambientais se aprofundará com impactos imprevisíveis a todos, e não mais restrito a essa população secularmente expropriada que ainda resiste e sobrevive a esse rolo compressor produto deste modelo equivocado de desenvolvimento.

Referencias.

- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1997.
- IBGE. **Sistema de Recuperação Automática SIDRA**, Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/cartto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01 abril de 2008.
- IMESC. **A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão: diagnóstico e perspectivas**, São Luis, 2008.
- MESQUITA, Benjamin Alvino de **Política Neoliberal e o Impacto na Expansão do Agronegocio na Amazônia Brasileira**, in IV colóquio Internacional de la SEPLA, Buenos Aires, 2008.
- ----- **Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira: “sucesso” do agronegocio e tragédia do desmatamento**. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideú, 2009.
- ----- **Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/200**. São Luis. 2006 tese (doutorado),co-tutelle ;PARIS 3 /UFMA
- PORRO, R. **Expansão e trajetórias da Pecuária na Amazônia: vales dos rios Mearim e Pindaré - Maranhão**. Brasília: Ed. Unb, 2004.
- SILVA, J.R.S - **Algumas Conseqüências da Política Neoliberal para Agricultura Familiar na Amazônia Brasileira: Exclusão Social e Concentração de Riqueza** In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideú, 2009.